

CADMO

Revista do Instituto Oriental
Universidade de Lisboa

3



E D I Ç Õ E S
C O S M O S

二〇一〇年十一月廿三日
十一月廿三日

lógica como institucionalmente, assentando a economia e a vida social no templo até aos finais do período dinástico primitivo. Era este o principal detentor das terras que, por esta via e de alguma maneira, pertenciam à cidade. No final daquele período, os cidadãos privados aparecem também como detentores de propriedade e o palácio acaba por tornar-se o mais importante dos proprietários. Até na arquitectura se denotam estas mudanças.

Mostrámos, parece-me, claramente o interesse deste livro, mormente na perspectiva arqueológica. A própria bibliografia final se ordena a este objectivo.

José Augusto Ramos

JOSÉ NUNES CARREIRA, *História antes de Heródoto*, Ed. Cosmos, Lisboa, 1993, 255 pp.

Este livro, cujo núcleo se originou nas provas de agregação do A. realizadas há dez anos na Universidade dos Açores, aparece agora a encabeçar uma nova colecção das Edições Cosmos, a *Orientalia Lusitana*, dirigida pelo próprio Prof. J. Nunes Carreira, na qualidade de director do Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o qual patrocina cientificamente a referida colecção.

Foi objectivo do Autor definir de uma maneira mais explícita a «historiografia e ideia de história na Antiguidade Oriental», ultrapassando as vagas impressões que, com frequência, vêm ainda marcando esta área na bibliografia sobre a história da historiografia. Daí o desafio implícito que o título propõe para este livro, nomeadamente o de ultrapassar o quase dogmático ou mítico limiar herodotiano para o aparecimento da historiografia. Há hoje muitas razões que nos possibilitam e obrigam a reponderar a tradicional fórmula de «pai da História» aplicada por Cícero a Heródoto.

Adentrando-se pelos vastos espaços da historiografia médio-oriental antiga, o A. decidiu que «a melhor maneira de a julgar não é comparando-a com a clássica ou a moderna, mas enquadrando-a no seu ambiente cultural e nos pressupostos essenciais de qualquer historiografia» (p. 24). Esta é a maneira de ultrapassar com realismo e perspectivas de eficácia definições prévias demasiado cúmplices da sua aplicação a determinadas épocas históricas excessivamente já nossas. Os critérios, os métodos e as atitudes são aqueles que por esta análise se definirão.

A verificação começa pelos dados representativos de uma atitude historiográfica provenientes da Suméria. Tendo em conta o seu confinamento numa época muito primitiva, estes dados concentram-se sobretudo na «Lista dos Reis Sumérios» e na «Maldição de Agade». «Em suma, os Sumérios tiveram a sua historiografia e a sua ideia de história. Que tinham uma ideia própria do seu passado, que o documentavam e dele procuraram tirar lições práticas é demonstrável» (p. 51).

Muito diferente é o panorama, durante os longos séculos de culturas semíticas da Mesopotâmia. Entre eles, a história integra-se no campo das «ciências», que praticavam com entusiasmo e meticulosidade. Os resultados disso são as crónicas, as historiografias didácticas, as listas de reis e anais reais e, numa elaboração literária e cultu rai mais requintada, algumas epopeias. Com tudo isto, verifica-se, na Mesopotâmia, uma intensa vivência da história, se bem que a ideia da mesma tenha ficado menos rica (p. 89).

A imagem do Egipto apresentou-se nesta análise como bastante desvirtuada, ao ser comparada com a das sociedades orientais coevas (p. 97), nesta matéria. Existe certamente investigação do passado e alguma sensibilidade às incidências humanas da experiência decorrida, que é visível na prática das autobiografias. Mas o que mais incide no domínio literário e conceptual da historiografia são documentos do Império Novo, particularmente alguns relativos ao reinado de Ramsés II. O relato de Wen-Amon (pp. 111-115), muito rico como documento histórico, é menos explícito como documento de consciência historiográfica.

Os Hititas são um povo aparentemente de muito menor vistosidade, mas têm grande importância na evolução da atitude historiográfica e seus métodos. Ali nos é testemunhada a atitude historiográfica face aos factos passados tanto «pelo prazer de narrar (tradição histórica)» como «para os conservar para a memória dos vindouros (historiografia oficial)», como ainda «por razões estritamente religiosas» (história teológica) (p. 135). Ficam-nos, pelo menos, elementos suficientes para fundamentar a discussão de saber se entre os Hititas não existiu já uma «historiografia autêntica» (p. 165). A invenção da história teria, desta maneira, acontecido mais de um milénio antes de Heródoto.

Os materiais para a historiografia que foi praticada em Israel pertencem já praticamente todos ao I milénio, antes de Cristo, diferentemente daquilo que acontece na maioria dos restantes casos aqui analisados. Seja por isto seja por outras razões (não é essa a questão formalizada), o facto é que entre os Israelitas apareceu uma historiografia dotada de tal complexidade material e formal que nos dá já

claramente a impressão de nos encontrarmos aqui mais próximos de um berço para a história como atitude, como conceito e como método. O seu aparecimento em Israel aconteceu com várias tonalidades semelhantes às do percurso historiográfico de outros povos orientais. A História Javeísta «é o primeiro grande ensaio de uma teologia histórica em Israel» (p. 181). Mas os reinados de David e Salomão tornaram-se o motor e simultaneamente o cerne de um novo modelo de historiografia que contém já o essencial do nosso conceito para a mesma. E este núcleo foi evoluindo, por processos e através de vicissitudes complexas, conduzindo a um conjunto historiográfico designado como História Deuteronomista, empreendimento que exprimiu uma cadeia de solidariedade hermenéutica entre várias gerações e épocas, daí resultando o mais significativo conjunto historiográfico da Bíblia. A análise aqui empreendida foi, mesmo assim, voluntariamente selectiva, de entre os vários conjuntos historiográficos que a Bíblia apresenta.

Depois destes capítulos de análise sobre os modelos historiográficos de cada uma das culturas, o Autor faz, em epílogo, uma rápida mas muito estimulante e sugestiva síntese comparativa dos vários horizontes perscrutados e encerra assim lapidariamente: «A nossa historiografia está subjugada às imagens e ao modelo que Israel criou e não se pode libertar deles, mesmo que o queira» (p. 248).

Em suma, este excelente livro constitui a mais promissora e sugestiva pedra angular para a colecção que auspiciosamente vem inaugurar.

José Augusto Ramos

JOHN G. GAMMIE e LEO G. PERDUE (edit.), *The sage in Israel and the Ancient Near East*, Winona Lake, 1990, ISBN 0-931464-46-3, 545 pp.

Se na cultura de uma sociedade encontramos a expressão mental de todas as complexidades da sua vida, o sábio deve ser uma das mais expressivas personificações dessa riqueza. É, por isso, inteiramente justificado que a Editora Eisenbrauns, cuja actividade editorial está voltada sobretudo para as civilizações do Próximo Oriente antigo, tenha decidido coordenar trinta e seis produções de especialistas de vários países para focarem com toda a luz este objectivo.

A primeira secção examina o sábio tal como se nos apresenta na literatura. Rivkah Harris, professora em Chicago, foca a importância da mulher assumindo funções de sábio, na Mesopotâmia e, com